

**A REFORMA DOS ENSINOS SUPERIORES DE COIMBRA E SEUS
REFLEXOS NOS PRINCIPAIS COLÉGIOS SEMINÁRIOS DO BRASIL-
COLÔNIA**

José Carlos Corrêa de Andrades*
Maria Renilda Nery Barreto**

INTRODUÇÃO

Com a expulsão dos jesuítas em 1759 pelo marquês de Pombal iniciou-se um período que seria considerado, por alguns autores, como de total estagnação na história da educação, e este só findaria com a chegada da família real em 1808¹. Este é o exemplo dado por Raymundo de Aragão:

Decretada a expulsão da Ordem, fechados os seus estabelecimentos educacionais, em verdade nada ou muito pouco foi feito pelo Governo português, para preencher o vazio que se gerou. Preciso foi que decorressem três lustros para aqui surgirem as primeiras “escolas primárias” e o ensino de nível médio – contrastando o curso de humanidade dos jesuítas, tão rigorosamente estruturado – ficou adstrito ao regime das “aulas régias”, mísero sucedâneo, inorgânico, ineficiente e farisaico. De ensino técnico nem se ouviu falar. A Metrópole, enfraquecida e distante, não teve elementos para promover, e nem mesmo fazer observar, na Colônia, a reforma que decretara.

ARAGÃO (1973, p. 319)

Entretanto, as reformas pombalinas da educação iniciaram um segundo período, denominado “período pombalino” que teria se estendido de 1759 até 1834 no Brasil, e até 1860 em Portugal, segundo Cardoso (2002). Neste período algumas instituições no Brasil teriam se destacado sob a égide das “luzes” pombalinas. As aulas régias foram

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Educação do CEFET-RJ, professor do CEFET-RJ.

**Dr^a em História das Ciências, professora e pesquisadora do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ, Brasil).

¹Apesar de essa premissa ser amplamente aceita pela historiografia há que se destacar outros trabalhos que se opõem a essa percepção. Vide Henrique Leitão (2007), Luis Albuquerque (1972) e Ugo Baldini (1998), dentre outros.

instituídas com o intuito de substituir o ensino jesuítico, e elas representaram a primeira forma de ensino público e laico, antecedendo mesmo a Prússia, que só o instituiu em 1763 (id. *ibid.*). Os Seminários já eram previstos desde o Concílio de Trento, o qual ainda estava imbuído do espírito da Contrarreforma. Apesar disso, alguns colégios-seminários estariam em plena sintonia com as reformas pombalinas, seguindo o modelo dos novos estatutos da Universidade de Coimbra e oferecendo um ensino de qualidade.

O MARQUÊS DE POMBAL E AS REFORMAS EDUCACIONAIS

A primeira revisão no plano de estudos e nos métodos empregados na Universidade de Coimbra (primeira reforma da estrutura acadêmica) ocorreu em 1431 – durante o reinado de D. João I – sendo homologado o segundo estatuto da Universidade (NUNES, 2013). Seguiram várias outras reformas e, em 1772, houve a reforma de número nove, instituída por Sebastião José de Carvalho e Melo – o Marquês de Pombal –, durante o reinado de D. José I em Portugal.

Inspirado por doutrinas de tendência iluminista, essas reformas foram instauradas com o objetivo de obtenção de quadros funcionais mais especializados, visto que havia a necessidade de melhorar a administração do império português e aumentar as rendas obtidas através da exploração colonial (CARDOSO, 2011).

No caso da reforma dos chamados “estudos maiores”, (que hoje corresponderia ao nível superior) que promoveu a mudança dos estatutos da Universidade de Coimbra, a nova orientação deveria dar ênfase às ciências naturais, particularmente a mineralogia e a botânica, esperando-se contribuições no sentido de renovar ou inovar a exploração de recursos naturais das colônias, especialmente do Brasil (CARVALHO, 1980). Entretanto, não interessava a Pombal determinados elementos do iluminismo francês, capazes de pôr em perigo a autoridade em geral e a autoridade real em particular (id. *ibid.*) e, apesar da oposição que havia ao ensino jesuítico – responsabilizado pelo atraso e de se opor à introdução das ciências modernas –, isto não significou uma oposição ao clero, como aconteceu no iluminismo francês. Pombal, astutamente, se utilizaria deste para atingir seus objetivos de **secularização** e de **regalismo**. A fórmula política do iluminismo em Portugal, o qual apresentou suas singularidades, seria: “conservar a união cristã e a sociedade civil” (NOGUEIRA, 1985, p. 234).

REFLEXOS DA REFORMA POMBALINA NOS ESTATUTOS DO SEMINÁRIO DE OLINDA E OUTROS SEMINÁRIOS

Os Novos Estatutos de Coimbra

A reforma dos estudos em Coimbra foi marcada por diferentes etapas de um longo processo de implantação, dando-se em duas fases denominadas: **Reforma dos Estudos Menores** e **Reforma dos Estudos Maiores** (Cf. CARDOSO, 2002, 2011; NOGUEIRA, 1985; NUNES, 2011, 2013). Nestes últimos, foram acrescentadas às humanidades as cadeiras de Filosofia Moral e Racional. Uma renovação do programa de instrução, pautando-se nas modernas concepções de humanidades e ciências, então em voga na Europa dos setecentos. O exemplo claro da nova orientação baseada em modernos métodos de ensino fica evidenciado pela reformulação das quatro áreas pré-existentes: a teologia foi redefinida, separando-se dela a Filosofia Moral; os Direitos Civil e Canônico foram reatualizados; requisitou-se mais pragmatismo da Medicina; foram criadas duas novas faculdades: a Faculdade de Filosofia, que abrangia a Filosofia Racional e Moral e a Filosofia Natural; e a Faculdade de Matemática. Além disso, houve a criação do Hospital da Universidade, do Laboratório Anatômico, e do dispensário farmacêutico para a Faculdade de Medicina; do Gabinete de Física, do Jardim Botânico, do museu de História Natural, do Laboratório de Química para a Faculdade de Filosofia; e do Observatório Astronômico para a Faculdade de Matemática (CARDOSO, 2002; CARVALHO, 2007, 2008).

A Filosofia ingressava, assim, nos estudos maiores, deixando de ser apenas um estudo propedêutico. Eram em número de quatro as cadeiras dessa Faculdade:

- Filosofia Racional e Moral, que se desdobrava nas cadeiras de Lógica, Metafísica e Ética;
- História Natural;
- Física Experimental;
- Química Teórica e Prática.

Esse curso teria a duração de quatro anos.

Os Principais Colégios-Seminários Pombalinos no Brasil

Os seminários episcopais e as escolas conventuais tiveram importante papel na educação pós-jesuítica no Brasil, constituindo não apenas um sistema complementar ou supletivo ao lado das aulas régias, mas oferecendo com organização e regularidade o ensino secundário das humanidades e uma formação filosófica que pode ser considerada, em alguns deles, como sendo de nível superior (SUCUPIRA, 1973). Sob o regalismo de Pombal a vinculação da Igreja ao Estado, durante o regime do Padroado, transforma-se quase que numa subordinação. Os seminários pertenciam simultaneamente à Igreja e à Coroa. Seus estatutos deveriam seguir a orientação oficial e a aprovação dos mesmos dependia da anuência de Sua Majestade. Ou seja, os seminários eram também uma espécie de escola oficial, integrando-se no sistema da instrução pública instituído pelas reformas pombalinas, além de atenderem a formação do clero.

Segundo Manoel Cardozo (1970), durante o reinado de D. João V (1707-1750) observam-se os primeiros vislumbres da ilustração. Apesar de autores do século XIX, como Oliveira Martins (1845-1894) e Antero de Quental (1842-1891) terem subestimado suas realizações, aderindo ao chamado “decadentismo” de Portugal (cf. CARDOZO, 1970; MEDEIROS e MEDEIROS, 2002; OLIVEIRA, 2009), há que se destacar que durante o reinado de D. João foram fundadas bibliotecas e Academias, além da permissão para os oratorianos, adeptos da filosofia cartesiana, instalarem suas escolas, reduzindo o monopólio jesuítico da educação secundária em Portugal, o qual ainda apregoava a escolástica tomista, baseada em princípios aristotélicos. A ciência experimental surgida com Galileu, ainda no século XVII, estaria no cerne da polêmica sobre a forma de ensinar ciências entre os jesuítas e os oratorianos, havendo duas linhas de interpretação historiográfica, diametralmente opostas (MEDEIROS e MEDEIROS, *ibid.*).

Em uma das linhas, a mais destacada na historiografia de Portugal, autores do século XX que sofreram influências de Oliveiras Martins, Antero de Quental, dentre outros, aderem à perspectiva de um Portugal atrasado sob o reinado de D. João V. O reino estaria submetido a “trevas culturais”, e as raízes destas estariam na Contrarreforma, ou, mais especificamente, no Concílio de Trento, realizado entre 1545

e 1563. Neste sentido, interpretou-se a educação sob o domínio jesuítico como símbolo do atraso cultural, estando em evidente oposição aos padres mais progressistas da Congregação do Oratório. Trilhavam por essa linha de pensamento os “estrangeirados”, portugueses que viviam em outros países e tiveram contato com as novas ideias que circulavam outros ambientes intelectuais, a exemplo de França e Inglaterra. Neste caso estariam incluídos personagens como Martinho de Mendonça de Pina e Proença, Luiz Antonio Verney e Ribeiro Sanches, os quais escreveram obras como “Apontamentos sobre a Educação de um menino nobre” (1734), “Verdadeiro método de estudar” (1746) e “As cartas sobre a educação da Mocidade” (1760), respectivamente, que em muito teriam influenciado o pensamento moderno em Portugal (Cf. FALCON, GAUER, 1996; PIMENTA, 2015). Neste momento, com a influência dos livros produzidos pelos estrangeirados, percebe-se a recorrência do cunho católico que caracterizaria o iluminismo em Portugal, e encontram-se as reflexões sobre a educação no país. Seriam obras de referência na elaboração dos novos estatutos de Universidade de Coimbra sob a égide do “reinado iluminado” de D. Jose I e seu ministro Marquês de Pombal.

Algumas instituições eclesiásticas reformaram seus planos de estudos e seus métodos de ensino em consonância com ideais das reformas pombalinas e com os dos novos estatutos da Universidade de Coimbra de 1772, como se pode depreender da comparação de seus estatutos e bibliografias solicitadas por seus docentes. Dos vários seminários episcopais e escolas conventuais, três merecem destaque pelo seu nível de ensino e pela orientação modernizante dos estudos: O Seminário de Mariana, o Convento de Santo Antonio, no Rio de Janeiro, e o Seminário de Olinda.

O Seminário de Mariana

O Seminário de Mariana foi o terceiro seminário diocesano fundado no Brasil, seguindo as determinações do Concílio de Trento. Segundo Trindade (1953), esta instituição representou, por muito tempo, o único estabelecimento de instrução em Minas Gerais, embora haja controvérsias (cf. VEIGA, 1998). Foi instituído pelo primeiro bispo de Mariana, Frei D. Manuel da Cruz, sob o nome de Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte, a 20 de dezembro de 1750 (SUCUPIRA, 1973; TRINDADE, 1953). Foi responsável pela formação da quase totalidade do clero mineiro colonial e de

homens que ocuparam posições de destaque no campo político e intelectual do Brasil, nos períodos colonial e monárquico.

Foi em 1760, no quadro da expulsão dos jesuítas do Brasil, que D. Frei Manuel da Cruz prescreveu os estatutos do Seminário que fundara. Estes estatutos, que regeram o Seminário até o episcopado do Frei D. José da Santíssima Trindade (1821), continham principalmente normas disciplinares da conduta dos seminaristas (SUCUPIRA, 1973; TRINDADE, 1953), pouco esclarecendo do regime de estudos.

Segundo Selingardi (2007), em um trecho da Provisão de Fundação do Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte, é colocado que seriam ministrados os cursos de Gramática, Teologia Moral e Filosofia. Isto é ratificado numa Representação da Câmara de Mariana, de 1816, referente a um “Colégio de Artes e Disciplinas Eclesiásticas” no edifício do Seminário, necessário pelo fato do Seminário se encontrar fechado²:

(...) se fundou na dita cidade, a 20 de dezembro de 1750, o Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte, em lugar e casas cômodas, com Capela e patrimônio, a *expensas dos fiéis*, para instrução da mocidade e ensino da Gramática, Filosofia e Teologia Moral, os quais floresceram por muitos anos, com interrupção vária de uns e outros cursos, e aproveitamento notório de pessoas ocupadas nos serviços da Igreja e de V. Maj.

Projeto de um Colégio de Artes e Disciplinas Eclesiásticas no Edifício do Seminário. In: TRINDADE (1953, p. 33)

Porém, somente os dois primeiros funcionaram inicialmente, sob a tutela de seu único professor: o padre jesuíta José Nogueira. O curso de Filosofia só se iniciou oito anos depois, com a chegada de outro padre jesuíta (id. *ibid.*). Inicialmente, o Seminário obedecia, portanto, a orientações jesuíticas, pois sua direção foi confiada desde o início aos membros da Companhia.

Observa-se que a influência jesuítica permaneceu sobre o ensino do Seminário durante um bom tempo, mesmo com o alvará régio de 28 de junho de 1759. Este extinguiu todos os estabelecimentos de ensino regulado pelo método dos inacianos. Também introduziu a Reforma dos Estudos Menores, ou seja, os estudos das primeiras letras (“aulas de ler, escrever e contar”, como eram chamadas) e das humanidades

² Está inserido no texto do documento que a provável causa do fechamento foi a concorrência com os estudos régios de Gramática e Filosofia implantados conforme as instruções de 28 de junho de 1759 e outras Providências literárias de 6 a 10 de novembro de 1772.

(inicialmente com as cadeiras de Gramática Latina, Língua Grega, Língua Hebraica, Retórica e Poética (CARDOSO, 2002, 2011). Esta etapa das reformas pombalinas caracterizou-se pela estatização do ensino, e primava por romper com o modelo de ensino dos jesuítas, os quais foram expulsos naquele ano. Para substituir o ensino jesuítico foram instituídas as “aulas régias”, com ensino de Latim, Grego e Retórica, dando agora ênfase ao ensino da língua nacional, e não mais ao latim (Id. Ibid.).

Curiosamente, como ressalta Carrato (1968, p. 108), o estatuto 3º de D. Frei Manuel adotou as reformas previstas pelo Alvará de 1759: “Às oito horas irão as classes, aonde se observará em tudo, e por tudo quanto mandam as instruções para os professores ordenados, e mandadas publicar por El Rei Nosso Senhor para uso das escolas novamente fundadas em seus Reinos, e Domínios”.

Posteriormente, na já referida Representação de 1816, do projeto do “Colégio das Artes”, ao tratar das disciplinas e seus conteúdos, fica explicitado que para cada uma das aulas utilizar-se-iam os Compêndios da Universidade de Coimbra, seguindo o mesmo método de ensinar. Ao comparar e tentar resgatar as disciplinas outrora ensinadas comenta-se sobre a “Física Experimental” já praticada pelo falecido professor Francisco de Paula Meireles. Este era um clérigo secular, com formação em Filosofia na Universidade de Coimbra, em 1765.

Observa-se, assim, que apesar da influência jesuítica, os seminários do século XVIII já estavam “sob a influência pedagogizante das novas conceituações educacionais da época” (CARRATO, 1968, p. 104). A ciência no Seminário de Mariana ainda estava inclusa na Filosofia, de acordo com a visão epistemológica da época, e obedecendo a princípios aristotélicos-tomistas – típicos dos jesuítas. A partir do final da década de 1750, estes foram sendo substituídos pelos padres diocesanos.

Compreendendo que no século XVIII os livros tinham também uma função de orientação prática, além de ideias apenas, muito se pode apreender das ideias e práticas desses professores régios por meio de seus livros. Este é um conceito que fica bastante claro no caso do cônego Luís Vieira da Silva. Após dois anos no Seminário de Mariana, ele realizou o curso de Filosofia e Teologia Moral, no Colégio dos Jesuítas em São Paulo. Ao se tornar professor do Seminário de Mariana, posteriormente, parece ter-se afastado da escolástica jesuítica para se ajustar à linha doutrinária que inspirou a reforma da Universidade de Coimbra, e acabou sendo implicado na Inconfidência

Mineira. De acordo com a relação do auto de sequestro dos livros do cônego, constantes dos Autos da Devassa da Inconfidência Mineira (BIBLIOTECA NACIONAL, 1936. In: FRIEIRO, 1957), o clérigo possuía uma coleção de quase 800 livros e 270 títulos representativos de todos os grandes pensadores europeus dos séculos XVII e XVIII (Cf. BURNS, 1970; SUCUPIRA, 1973). A ausência dos grandes escolásticos jesuítas e a presença de obras que definiam a posição doutrinária do cônego – e que certamente se refletiam nos seus cursos filosóficos – indicam uma inteira adesão ao espírito e à letra das reformas de Pombal (cf. SUCUPIRA, *ibid.*).

O Convento de Santo Antonio

O Convento de Santo Antônio da Província de Nossa Senhora da Conceição do Rio de Janeiro, fundado, em 1608, pela Ordem dos Frades Menores – os franciscanos – sendo mantido até a atualidade por estes, é a segunda instituição – que no caso, é um colégio conventual –, merecedora de destaque.

Foi o primeiro colégio conventual no Brasil a elaborar seus estatutos – aprovados pelo alvará régio de 11 de junho de 1776 – em consonância como os estatutos da Universidade de Coimbra reformada, e com o “espírito” reformista do reinado de D. José I:

(...) El Rey D. JOSÉ I. Nosso Senhor é o grande herói, que a Providência suscitou para livrar-nos do vergonhoso cativo da ignorância, e do fanatismo, que exercitaram no mundo o mais tirano e despótico governo. Ele o que teve a felicidade de encontrar um ministro, em quem se ajuntaram as luzes, e o poder necessário para debelar de tal sorte estes formidáveis inimigos, que já daqui por diante serão proscritos do meio dos homens.

ESTATUTOS - Introdução (1776, p.3).

Os estatutos desta instituição contêm um plano completo de estudos que dispõe sobre o regime didático a ser seguido. Ainda na Introdução, destacam a sua primazia no processo de implantação ao afirmar o propósito: “Quanto nos for possível, imitaremos aos Régios, e nunca assaz louvados Estatutos da Universidade” (*ibid.*, p.4).

Adotavam uma pedagogia flexível que respeitava as diferenças de capacidade individuais e a velocidade de aprendizagem dos alunos, não fixando período

determinado para os estudos menores, “pois a experiência mostra que, quando para alguns estudantes basta um ano, para outros serão poucos dois ou três” (ibid., p.9). Curiosamente, esta é a ideia central dos “ciclos” que foram aplicados na educação contemporânea, em algumas instituições.

Os professores, constantemente advertidos a “lançar fora preceitos inúteis e questões frívolas introduzidas pelos escolásticos, e também muitas metafísicas conservadas por alguns vulgares modernos e cuja verdade se não pode averiguar por falta de princípios certos”³ (Estatutos, op.cit., p. 11) :

(...) houveram outros perniciosos princípios, entre os quais se podem certamente contar o mau método e o mau gosto... abra qualquer livro composto pelo método peripatético escolástico, e será bem dificultoso que não encontre logo um cento de questões inúteis, e mil enredos sofisticados, que mais servem de embaraçar o entendimento do que de adiantá-lo no verdadeiro caminho das letras.

ESTATUTOS – Introdução (1776, p.5)

O estudo da Filosofia estava previsto para duração de três anos, apesar da constatação de que sendo “a filosofia uma ciência tão vasta, tão extensa e dilatada, que para possuí-la na perfeição, em que hoje se acha, não basta o breve espaço da vida humana” (ibid.). Iniciava-se nos “Prolegômenos Gerais da Filosofia”, uma espécie de introdução histórico-crítica, onde haveria uma descrição do objeto desta ciência. Posteriormente, haveria a inclusão de disciplinas que constavam da classificação dominante, uma combinação da ainda persistente escolástica e do racionalismo do tipo wolffiano. Era dividida em Filosofia Racional, Filosofia Moral e Filosofia Natural. A primeira compreendia a Lógica e a Metafísica, com duração de um ano. Definia-se Lógica como o estudo das regras necessárias para conhecer a verdade, implicando a Demonstração e a Conjetura. Estes termos dão a entender, pela descrição nos estatutos, uma alusão ao raciocínio lógico tipicamente cartesiano, e às hipóteses, respectivamente.

A Filosofia Moral, que compreendia a Ética e o Direito Natural, seria a matéria para as lições do segundo ano. Já o terceiro ano seria destinado ao estudo da Física, que compreenderia os princípios da Geometria Elementar, “uma suficiente notícia” da

³ Esta colocação é uma antecipação do pensamento positivista que viria a ser difundido no século XIX, que é descendente das correntes nominalistas (William D’Ockham foi um importante representante) da Idade Média e das ciências baconianas, que tinham as características de serem empiristas e indutivistas. Na visão positivista de mundo os conceitos de causa, explicação ou verdade são banidos, numa perspectiva não essencialista.

História Natural e a explicação da Física Experimental. Os estatutos são muito superficiais quanto ao conteúdo da matéria neste ponto, mas orientam o professor a averiguar sempre as causas primordiais dos fenômenos e efeitos da Natureza. Os estatutos salientam, entretanto, que sendo a Teologia o termo de todos os estudos para a formação de religiosos, não se pode ensinar Física durante os três anos de Filosofia, como assim mandam os Régios Estatutos da Universidade.

A organização dos estudos estava, assim, baseada nos modelos da Universidade reformada, porém com adaptações necessárias para uma casa de formação religiosa. Requeriam-se apenas princípios elementares na cadeira de Filosofia, os quais seriam suficientes para alguns de seus estudos monásticos.

O Seminário de Olinda

Coube, entretanto, ao Seminário de Olinda ser a instituição de destaque entre as três, pois, segundo a historiografia, teria sido o melhor colégio de instrução secundária da Colônia. Estabelecendo-se no local onde houvera sido um antigo colégio dos Jesuítas, o Seminário de Olinda foi fundado em 1796 e inaugurado em fevereiro de 1800 pelo bispo D. José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho. Este não era um educador de profissão nem um teórico da pedagogia, mas a organização didático-pedagógica do Seminário é de sua exclusiva autoria.

Percebe-se de pronto a identificação da proposta embutida nos estatutos com os ideais da reforma da Universidade de Coimbra, dentro do espírito iluminista pombalino, que já vinha refletindo ideias de Verney (1746), Ribeiro Sanches (1776) e Proença (1734), principalmente. Comparem-se as afirmativas de Azeredo Coutinho, Ribeiro Sanches (cujos ideais também estavam embutidos na proposta do Real Colégio dos Nobres, fundado em Lisboa em 1761), Proença e Verney:

(...) cuidamos de criar e estabelecer na Cidade de Olinda um Colégio, para nele se instruir a Mocidade⁴ da nossa Diocese no conhecimento

⁴ O termo “mocidade”, que também era referendado nos objetivos do Seminário de Mariana, era muito comum entre os educadores até o início do século XX. A ideia de uma fase de transição entre a infância e a fase adulta é uma construção cultural, engendrada a partir do século XIX. Segundo o dicionário coetâneo de Pinto (1832), o termo “mocidade” equivale à faixa etária entre 14 anos e 24 anos. Isto equivaleria às conceituações contemporâneas do termo “juventude” nas ciências sociais (cf. SANTANA, 2011).

das verdades da Religião, na prática dos bons costumes, e nos estudos das artes, e ciências, que são necessárias para pulir⁵ o homem, e fazer ministros dignos de servirem à Igreja, e ao Estado.

AZEREDO COUTINHO (1798)

O meu intento é propor tal ensino a toda a mocidade dos dilatados domínios de Sua Majestade, que no tempo da ocupação e do trabalho e no tempo do descanso lhe seja útil, e à sua pátria: propondo a virtude, a paz e a boa fé por alvo desta educação, e a doutrina e as ciências como meio para adquirir estas virtudes sociáveis e cristãs.

RIBEIRO SANCHES (1760, p. 125)

Não pretendo constituir-me legislador sem jurisdição, nem proponho os meus ditames como estatutos, a que todos devam obedecer; aponto somente o que segundo o meu gênio me pareceu conveniente para a instrução de meus filhos, a quem desejo uma virtude sólida, sem a mais leve mistura de hipocrisia, e uma ciência moderada, e prudente, que os não conduza à pompa, e ostentação sófística.

PROENÇA (1734, p. 8)

Os mesmos monarcas de Portugal, que sabem justamente estimar a Virtude, não costumam entregar, a direção da sua consciência, senão aos religiosos da Companhia.

VERNEY (1746, p. 4)

Tanto em Ribeiro Sanches, como em Proença e em Verney, havia um atrelamento entre a educação e o processo de formar e produzir “virtudes”, como se pode observar em suas obras. Havia uma refutação do ensino escolástico aristotélico adotado nos colégios da Companhia de Jesus e despontava uma motivação às ciências modernas.

Azeredo Coutinho obteve grau de licenciado em direito canônico na Universidade de Coimbra, onde seus estudos se processaram dentro deste clima intelectual do iluminismo em Portugal. Assim, os estatutos do Seminário foram elaborados num clima favorável às ciências experimentais e em oposição à filosofia escolástica da natureza. Azeredo Coutinho objetivava “restaurar a antiga prosperidade material do Império português sobre a base das riquezas coloniais, em especial do

⁵ O verbo “pulir” era uma antiga variação do verbo “polir” oriundo, provavelmente, do espanhol, no sentido de “educar uma pessoa a ter boas maneiras e saber se comportar em sociedade”. O verbete é encontrado em dicionários do século XIX – como em Pinto (1832) –, não constando mais em dicionários contemporâneos de português, somente nos espanhóis.

Brasil” (SAVIANI, 2013). Defendia o absolutismo e a escravidão. Entretanto, seu seminário formou revolucionários, como o frei Caneca.

O curso de Filosofia organizado nos Estatutos do Seminário de Olinda, por exemplo, refletia bem o modelo implementado por Coimbra, respeitadas as diferenças e proporções, visto que Azeredo dizia implementar um curso elementar e não um curso universitário (COUTINHO, 1798; ALVES, 2001; NOGUEIRA, 1985). Como consta nestes estatutos, a Filosofia se dividia em três grandes partes, a Racional, a Moral e a Natural (COUTINHO, 1798). Assim prosseguem as suas orientações didático-metodológicas, descrevendo, inclusive, como o professor de Filosofia deve atuar. As principais inovações introduzidas por Azeredo constam deste currículo – como a descoberta da verdade pelo método analítico; o ensino e convencimento pelo método sintético; a experimentação –, e são as que mais revelam a influência de ideias iluministas adquiridas em seus estudos na universidade reformada ou diretamente no trato com autores do século XVIII.

Seu espírito pragmático fica bem evidenciado em seus estatutos e numa obra que escreveu em 1804, intitulada “Discurso sobre o estado actual das minas do Brasil”. Logo no início do terceiro capítulo, intitulado “Em que se apontam os meios para facilitarem as descobertas da História Natural, e dos ricos tesouros das Colônias de Portugal”, ele salienta a dificuldade de aliar a teoria a uma prática concreta ao dizer que os “indagadores da natureza” (os filósofos naturais) não conhecem e não sabem onde achar os já tão dificilmente localizáveis produtos da natureza, por serem “homens de gabinete” (COUTINHO, 1804, p. 38). Completa a sua ideia de aliar a teoria à prática, o que seria uma combinação de correntes racionalistas e experimentalistas, ao afirmar que:

Quando o habitante dos sertões e das brenhas for filósofo, quando o filósofo for habitante das brenhas e dos sertões, ter-se-á achado o homem próprio para a grande empresa das descobertas da natureza e de seus tesouros, o ministro da religião, o pároco do sertão e das brenhas, sábio instruído nas ciências naturais é o homem que se deseja. Eis aqui o objetivo que tive em vista quando aos estudos eclesiásticos juntei os estudos das ciências naturais nos estatutos que fiz para o Seminário de Pernambuco, por ordem de S.A.R. e que correm impressos.

COUTINHO (1804, p. 39-40).

Para Coutinho, a Filosofia Natural era “tudo o que pertence à contemplação da natureza”, e fazendo uma colocação similar a que já tinham feito os franciscanos do Colégio de Santo Antônio em seus estatutos, visto serem muitos os ramos da ciência, ele limita a ação do Seminário a ser somente um colégio de princípios elementares e não de ciências universais. Assim, dividiu o estudo da Filosofia Natural em duas partes: a primeira sendo composta de Lógica, Metafísica e Ética e parte da Física Experimental, e a segunda de História Natural e a Química.

Observa-se que começava a emergir o conceito de “Física” alicerçado em patamares galileanos, os quais valorizavam a experimentação e se afastava de uma concepção de “natureza orgânica”⁶. Galileu falou de “duas novas ciências”, que incluía a mecânica. Porém, essa perspectiva da física ainda estava presa a concepções aristotélicas. O campo que incluiu a Física e a Astronomia é que fundamentalmente definiu os novos parâmetros da ciência moderna, mas isto não quer dizer que esta também não se apoiou em outros campos.

Assim, o que se observa ao tempo de Azeredo Coutinho, é que já havia uma tendência em se complementar as correntes experimentalistas (próprias de Galileu) e racionalistas (próprias de Descartes). Curiosamente, apesar da franca “oposição ao método peripatético”⁷, que aparecem na redação dos estatutos desses colégios-seminários, é exatamente essa a proposta, em nível metodológico, que Coutinho faz em seus estatutos, em sua orientação aos professores de filosofia quando diz que estes sairão: “a passeio fora da cidade, com os seus discípulos em algumas tardes para os fazer ver no campo a mesma natureza produzindo (...)” (COUTINHO, 1798, p. 62). Isto dá a entender que o termo “peripatético” é usado apenas como um sinônimo de “aristotélico / escolástico tomista”, mas sem levar em conta a metodologia de ensino.

O destaque às ciências novas, aos campos emergentes da Física e da Astronomia, já eram notados também nas obras dos estrangeirados. A colocação de

⁶ PINTO (1832) define o vocábulo “*physica*” como sendo “parte da *phisophia* que trata das cousas naturaes. *Antigamente*, medicina.” Essa separação ontológica entre homem e natureza foi própria do neo-platonismo que circulou na Europa durante os séculos XVI e XVII, embora fosse uma corrente humanista racionalista, na linha das ideias de Descartes. Este, portanto, ao contrário de Galileu, não era experimentalista e sim racionalista. Foram estes princípios neo-platônicos que fundamentaram o nascimento da ciência moderna.

⁷ “Peripatético” era o método de ensino usado por Aristóteles, que consistia em dar aulas ao ar livre. O termo se origina da palavra grega *peripatos* que significa: passeio ou ensinar passeando.

Proença, por exemplo, destaca a importância de usar com sabedoria o racionalismo dos antigos, mas atrelando-os às concepções modernas da ciência e da técnica:

Grandes e admiráveis são os inventos modernos: a agulha de mariar⁸, a impressão e a artilharia, apenas são uma pequena amostra do muito que os modernos têm adiantado as Artes, e o conhecimento da Física, da Astronomia, da Geometria e da Álgebra; mas excetuando estas ciências, é necessário seguir os primeiros sábios...

PROENÇA (1734, p. 27)

Outro exemplo dessa busca de complementaridade entre as correntes racionalistas e experimentalistas é o livro “Recreação filosófica” ou “Diálogo sobre a Filosofia Natural, para a instrução de pessoas curiosas que não freqüentaram as aulas”, do oratoriano Teodoro de Almeida. Já era uma bibliografia recomendada na Universidade de Coimbra para o estudo de Filosofia, e foi solicitada por professores do Seminário de Olinda, segundo Gilda Verri (2010):

Já agora no descobrimento da verdade escondida, não se fia o entendimento só pela luz da razão, procura a força de repetidos golpes de experiências, tirar de dentro da mesma natureza uma nova luz, que o alumie, para caminhar seguro.

ALMEIDA (1786, p.3)

Dentro destas novas acepções, Azeredo define a Física Experimental como sendo um ramo da Física Natural a qual pertence tão somente os ramos da mecânica e da hidrostática, devendo, então, o professor ensinar os princípios necessários para o entendimento da inteligência das máquinas, das suas forças. Este seria um estudo necessário para mover e levantar grandes corpos, e conduzir águas em um país “cujo fundo principal consiste na Agricultura, e no trabalho de lavrar as terras, cavar, extrair os minerais etc.” (COUTINHO, 1798, p. 62).

Considerações Finais

Houve instituições que tiveram projetos educacionais de relevo no período de educação pós-jesuítica no Brasil. Este é o caso das três instituições destacadas neste trabalho, as quais tiveram como modelo os estatutos da Universidade de Coimbra,

⁸ Refere-se ao termo usado pelos marinheiros “agulha-de-marear”, ou seja, a “bússola”, quando aplicada à navegação.

reformada em 1772 no contexto do pombalismo e do iluminismo em Portugal. Destas três, destaca-se o Seminário de Olinda, com sua proposta educacional arrojada, apesar do Convento de Santo Antonio, no Rio de Janeiro, o ter precedido na implantação de estatutos baseados na nova Coimbra. A primazia do ensino de Física Experimental parece pertencer ao Seminário de Mariana, mas este estava submetido ainda a fortes influências escolásticas e, assim como o Convento de Santo Antonio, tinha o foco no ensino eclesiástico. O Seminário de Olinda, ao contrário, primava também pelo ensino laico, e seus estatutos eram mais pormenorizados no que concerne ao ensino das ciências naturais.

Pela comparação dos estatutos e pela verificação de algumas das bibliografias usadas por professores nessas instituições é possível perceber a emergência de novos conceitos, introduzidos pela ciência moderna, que começam a se aproximar das concepções embutidas nas disciplinas isoladas da contemporaneidade. Trata-se, entretanto, de uma época de transição, onde alguns contornos ainda não estão bem definidos. A ideia de ciência ainda estava muito vinculada à de filosofia e o ensino de ciências seguia um modelo utilitarista. O próprio termo “disciplina”, na concepção contemporânea, permaneceu ausente durante todo o século XIX. A então chamada “Física Experimental” era uma pequena parte da cadeira de filosofia natural. Apesar disso, talvez tenha sido a representação mais sólida que antecedeu o enquadramento curricular da física, enquanto disciplina autônoma.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Luis. A aula da Esfera do Colégio de Santo Antão no século XVII. *Anais da Academia Portuguesa de História*, Lisboa, 2ª Série, v. 21, p. 337-391, 1972.

ALVES, Gilberto Luiz. *O pensamento burguês no Seminário de Olinda: 1800-1836*. 2. Ed. Campo Grande, MS: Ed. UFMS; Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

ALMEIDA, Teodoro de. *Recreação filosófica ou Diálogo sobre a filosofia natural, para a instrução de pessoas curiosas que não freqüentaram as aulas*. Lisboa: Na Regia Officina Typografica, 1786.

ARAGÃO, Raymundo Moniz de. Quadro geral do ensino: formação das instituições pedagógicas. In: *História da Cultura Brasileira* v.2. Rio de Janeiro: FENAME/CFC, 1973. 2ª parte: A cultura no século XVIII. p. 317-342.

BALDINI, Ugo. As assistências ibéricas da Companhia de Jesus e a atividade científica nas missões asiáticas (1578-1640). Alguns aspectos culturais e institucionais. *Revista Portuguesa de Filosofia*, n.54, p. 195-245, 1998.

CARDOSO, Tereza Maria Rolo Fachada Levy. *As luzes da educação: fundamentos, raízes históricas e prática das aulas régias no Rio de Janeiro. 1759 – 1834*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2002.

_____. As aulas régias no Brasil. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara. *Histórias e memórias da educação no Brasil*, v.1: séculos XVI a XVIII, 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 179-191.

CARDOZO, Manuel da Silveira. Azeredo Coutinho e o fermento intelectual de sua época. In: KEITH, Henry Hunt; EDWARDS, S.F. *Conflito e Continuidade na Sociedade Brasileira – ensaios*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970. p.86-122.

CARRATO, José Ferreira. *Igreja, iluminismo e escolas mineiras coloniais: notas sobre a cultura e decadência mineira setecentista*. São Paulo: Editora Nacional, 1968.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

COUTINHO, José Joaquim da Cunha de Azeredo. *Estatutos do Seminário Episcopal de N. Senhora da Graça da Cidade de Olinda de Pernambuco*. Lisboa: Na Tipografia da Academia Real das Ciências, 1798.

_____. *Discurso sobre o estado actual das minas do Brasil*. Lisboa: Na Imprensa Regia, 1804. Cópia fac-similar do original pertencente à Biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros. Brasiliana USP, 2007.

ESTATUTOS para os estudos da Província de N. S.^a da Conceição do Rio de Janeiro, ordenados segundo as disposições dos estatutos da nova universidade. Lisboa: Régia Officina Typ., 1776.

FALCON, Francisco José Calazans. *A época Pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Ática, 1982.

GAUER, Ruth Maria Chittó. *A modernidade portuguesa e a Reforma Pombalina de 1772*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

LEITÃO, Henrique. *A Ciência na Aula da Esfera do Colégio de Santo Antão, 1590-1759*. Lisboa: Comissariado Geral das Comemorações do V Centenário do Nascimento de S. Francisco Xavier, 2007), 110 p.

MEDEIROS, Alexandre; MEDEIROS, Cleide Farias de. As origens do ensino da física em Portugal no século XVIII. *Acta Scientiarum*, Maringá, v. 24, n. 6, p. 1697-1706, 2002.



NOGUEIRA, Monsenhor Severino Leite. *O Seminário de Olinda e seu fundador o bispo Azeredo Coutinho*. Recife, PE: FUNDARPE. Diretoria de Assuntos Culturais, 1985.

NUNES, Cristiane Tavares Fonseca de Moraes A Constituição da Nacionalidade através do Ensino Superior. In: VI Congresso Brasileiro de História da Educação, 2011, Vitória-ES. VI Congresso Brasileiro de História da Educação. Vitória-ES: UFES, 2011. v. 6. p. 1-14.

_____. *A Universidade de Coimbra e a Reforma Pombalina de 1772*. São Cristóvão: Editora da Universidade Federal de Sergipe, 2013.

OLIVEIRA, Ricardo. A monarquia portuguesa e as metamorfoses do império na primeira metade do século XVIII. *Memória, História e Historiografia. Fronteiras*, Dourados, v. 11, n. 20, p. 95-122, jul/dez.2009.

PIMENTA, Rodrigo Mello De Moraes. *Vão-se os anéis, ficam-se os dedos: a educação da mocidade e a ilustração portuguesa nas obras de Luis Antônio Verney, Martinho de Mendonça de Pina e Proença e Antônio Nunes Ribeiro Sanches*. 2015, 102f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da lingua brasileira*. Ouro Preto: Na typographia de Silva, 1832.

PROENÇA, Martinho de Mendonça de Pina e de. *Apontamentos para educação de um menino nobre, que para seu uso particular fazia*. Lisboa: Na Oficina de Joseph Antonio da Sylva, 1734.

SANCHEZ, Antonio Nunes Ribeiro. *Cartas sobre a educação da mocidade*. Coleção Portugal Joaquim Ferreira. Porto: Editorial Domingos Barreira, s/d.

SANTANA, Márcio Santos de. A categoria juventude na pesquisa histórica: notas metodológicas. In: XXVI Simpósio Nacional de História, 2011, São Paulo. *Anais eletrônicos...* São Paulo: XXVI ANPUH, 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1312378682_ARQUIVO_MarcioSantosdeSANTANA.pdf>. Acesso em 12 jun. 2014.

SELINGARDI, Sergio Cristóvão. *Educação religiosa, disciplina e poder na terra do ouro: a história do Seminário de Mariana, entre 1750 e 1850*. 2007, 205f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

SUCUPIRA, Newton. O Seminário de Olinda e outros seminários. In: *História da Cultura Brasileira* v.2. Rio de Janeiro: FENAME/CFC, 1973. 2ª parte: A cultura no século XVIII. p. 356-373.

TRINDADE, Raimundo. *Breve notícia dos Seminários de Mariana*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1953.



VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides mineiras*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos Culturais. Fundação João Pinheiro, 1998.

VERNEY, Luiz António. *Verdadeiro método de estudar, para ser útil à República, e à Igreja*: proporcionado ao estilo, e necessidade de Portugal. Tomo Primeiro. Valença: Na Oficina de Antonio Balle, 1946.

VERRI, Gilda Maria Whitaker. O Seminário de Olinda e a educação para a mocidade. In: _____ (org.). *Memorat: memória e cultura escrita na formação brasileira*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010. p. 53-106.

VIRGÍNIO, Rafael da Silva. Seminário de Olinda: entre o discurso religioso e o liberal. In: XXV Simpósio Nacional de História, 2009, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza, 2009.